



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO ESTADO DE MATO GROSSO

www.camposdejulio.mt.gov.br

Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente

LICENÇA DE INSTALAÇÃO



LI Nº: 11/2023	VÁLIDA ATÉ: 10/05/2026
PROCESSO Nº: 2632/2023	DATA DO PROTOCOLO: 28/04/2023

A Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 040, de 12 de fevereiro de 2021, vem através deste:

Autorizar a Instalação do Empreendimento: **Prefeitura Municipal de Campos de Júlio**, para atividade de **Adequação de Vias Urbanas e construção de Faixas Elevadas**, ficando obrigada a cumprir integralmente o que dispõe o Código Ambiental Municipal (Lei Complementar Nº 005 de 25 de junho de 2014, a Lei de Ocupação e Uso do Solo (Lei Nº 788 de 22 de fevereiro de 2017) e seus Regulamentos, bem como as demais leis em vigor ou que venham a vigorar sobre o objeto da referida autorização.

LOCALIZAÇÃO: Av. Valdir Masutti, nº 779W, Bairro Bom Jardim, Zona Urbana. Coordenadas Geográficas: DATUM SIRGAS 2000: -59°15'42.97"O -13°42'42.60"S	Município: Campos de Júlio – MT CEP: 78.319-000
--	--

Nome / Razão Social: Prefeitura Municipal de Campos de Júlio / Município de Campos de Júlio **CNPJ:** 01.614.516/0001-99

LOCAL E DATA Campos de Júlio – MT 10/05/2023	 Secretário Municipal de Agricultura Pecuária e Meio Ambiente Alexandre Murilo Pellicioli	 Wagner Daniel Pinto Engenheiro Ambiental Portaria 179/2017 de 28/03/2017 Matric. 1603 Analista Ambiental Wagner Daniel Pinto
---	---	--

Obs: Essa Licença Ambiental deve ser afixada em local de fácil acesso e visualização



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO
ESTADO DE MATO GROSSO

www.camposdejulio.mt.gov.br

Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente

LICENÇA PRÉVIA



LP Nº: 11/2023	VÁLIDA ATÉ: 10/05/2025
PROCESSO Nº: 2632/2023	DATA DO PROTOCOLO: 28/04/2023

A Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 040, de 12 de fevereiro de 2021, vem através deste:

Aprovar a localização e Concepção, bem como, atestar a Viabilidade Ambiental do empreendimento: **Prefeitura Municipal de Campos de Júlio**, para atividade de **Adequação de Vias Urbanas e construção de Faixas Elevadas**, ficando obrigada a cumprir integralmente o que dispõe o Código Ambiental Municipal (Lei Complementar Nº 005 de 25 de junho de 2014, a Lei de Ocupação e Uso do Solo (Lei Nº 788 de 22 de fevereiro de 2017) e seus Regulamentos, bem como as demais leis em vigor ou que venham a vigorar sobre o objeto da referida autorização nas próximas fases de sua implementação.

LOCALIZAÇÃO: Av. Valdir Masutti, nº 779W, Bairro Bom Jardim, Zona Urbana. Coordenadas Geográficas: DATUM SIRGAS 2000: -59°15'42.97"O -13°42'42.60"S	Município: Campos de Júlio – MT CEP: 78.319-000
--	--

Nome / Razão Social: Prefeitura Municipal de Campos de Júlio / Município de Campos de Júlio **CNPJ:** 01.614.516/0001-99

LOCAL E DATA Campos de Júlio – MT 10/05/2023	 Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente Alexandre Murilo Pellicoli	 Wagner Daniel Pinto Engenheiro Ambiental Portaria 170/2017 de 28/03/2017 Régua 1003 Analista Ambiental Wagner Daniel Pinto
---	---	--

Obs.: Essa Licença Ambiental deve ser afixada em local de fácil acesso e visualização



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO ESTADO DE MATO GROSSO

www.camposdejulio.mt.gov.br

PARECER TÉCNICO

Análise de requerimento de Licenças Prévia e Instalação (LP e LI) para Adequação de Vias Urbanas e construção de Faixas Elevadas

Licença Nº: 11/2023

Processo Nº: 2632/2023

Data do protocolo: 28/04/2023

INFORMAÇÕES GERAIS DO PROCESSO

Interessado:

- Nome / Razão social: Município de Campos de Júlio
- CPF / CNPJ: 01.614.516/0001-99
- Endereço: Av. Valdir Masutti, nº 779W, Bairro Bom Jardim
- Município: Campos de Júlio – MT

Propriedade / Obra ou Empreendimento:

- Denominação: Adequação de Vias Urbanas e construção de Faixas Elevadas
- Localização: Rua Rio Grande do Sul, Zona Urbana
- Município: Campos de Júlio – MT
- Coordenada geográfica: DATUM SIRGAS 2000: -59°15'42.97"O -13°42'42.60"S

Responsável Técnico:

- Nome razão social: Gustavo Henrique Fonseca
- Formação: Engenheiro Ambiental
- Atividades licenciadas: Restauração, manutenção, recuperação e conservação de Rodovias

ANÁLISE TÉCNICA

1 Projeto Proposto

Trata-se análise do processo de licenciamento ambiental, protocolado na SMAPMA sob nº 2632/2023, datado de 28/04/2023, tendo em vista o requerimento de solicitação de Licença Prévia (LP) e Licença de Instalação (LI), para Implantação de Adequação de Vias Urbanas e construção de Faixas Elevadas, localizadas no perímetro urbano do município de Campos de Júlio - MT. O referido processo de licenciamento ambiental tem como interessado a Prefeitura Municipal de Campos de Júlio e como técnico responsável o Engenheiro Ambiental Gustavo Henrique Fonseca.

2 Histórico do Processo



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO ESTADO DE MATO GROSSO

www.camposdejulio.mt.gov.br

A Prefeitura Municipal de Campos de Júlio através de seu representante legal, Sr. Irineu Marcos Parmeggiani, CPF nº 462.055.780-34 requereu junto a SMAPMA, através do Requerimento Padrão protocolado sob nº 2632/2023, datado de 28/04/2023, Licença Prévia (LP) e Licença de Instalação (LI) para as obras de Adequação de Vias Urbanas e construção de Faixas Elevadas.

Em 10/05/2023 foram emitidas as licenças Prévia e Instalação para Obra de Adequação de Vias Urbanas e construção de Faixas Elevadas.

3 Conferência Documental

Os documentos apresentados pelo interessado foram conferidos quanto a sua forma e atendimento aos termos de referências, sendo responsabilidade da querente e do responsável técnico a autenticidade dos mesmos.

Foram apresentados os documentos a destacar:

- Requerimento padrão;
- Publicação do requerimento de LP e LI no Jornal Oficial;
- ART 1220230069343 do Engenheiro Ambiental Gustavo Henrique Fonseca, Responsável Técnico pelo licenciamento ambiental;
- Plano de Controle Ambiental - PCA;
- Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS
- Projetos de Execução;
- ART 1220230067154 do Engenheiro Civil Guilherme Borges Leal Guedes;
- Cópia de documentos pessoais do Sr. Irineu Marcos Parmeggiani;
- Cópia do Diploma de prefeito municipal;
- Cópia da ATA de Posse do Prefeito de Campos de Júlio;
- Declaração de uso e ocupação do solo emitido pela prefeitura municipal;
- Cópia da licença de operação da jazida de Cascalho

4 Localização Georreferenciada

As áreas do objeto do projeto ambiental localizam-se na Zona Urbana do Município de Campos de Júlio, conforme o quadro abaixo:

LOGRADOURO	COORDENADAS
Rua Rio Branco	13°43'36.99"S
	59°15'12.69"O
Av. Gov. Júlio Campos Lado Direito	13°43'7.13"S
	59°15'22.32"O
Av. Gov. Júlio Campos Lado Esquerdo	13°43'7.13"S
	59°15'22.32"O
Rua Mal. Cândido Rondon	13°43'11.65"S



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO ESTADO DE MATO GROSSO

www.camposdejulio.mt.gov.br

	59°15'29.02"O
Rua Danilo Antônio Gelati	13°43'7.53"S 59°15'31.99"O
Rua São Paulo	13°43'16.69"S 59°15'33.82"O
Rua Volmir Taborda	13°42'45.76"S 59°15'37.18"O
Rua Valdir Masutti Lado Direito	13°42'43.78"S 59°15'41.19"O
Rua Valdir Masutti Lado Esquerdo	13°42'43.78"S 59°15'41.19"O
Av. Adelino José Zamo Lado Direito	13°43'7.58"S 59°15'46.52"O
Av. Adelino José Zamo Lado Esquerdo	13°43'7.58"S 59°15'46.52"O
Rua Rio Grande Do Sul	13°43'8.05"S 59°15'49.04"O

5 Conceção do Projeto

Trata-se de requerimento de licença Prévia (LP) e de Instalação (LI), para obras de Adequação de Vias Urbanas e construção de Faixas Elevadas. Foram previstos Projetos de implantação de faixas elevadas, sinalização e adequação do passeio público, para complementar a funcionalidade

6 Análise Técnica da Licença

6.1 Avaliação do Requerimento da Licença Prévia e Instalação

Trata-se das obras de Adequação de Vias Urbanas e construção de Faixas Elevadas em diversas Ruas e Avenidas do Centro de Campos Júlio.

No projeto ambiental constam as medidas mitigadoras, compensatórias, corretivas e preventivas necessárias para manter a manutenção do equilíbrio ecológico de determinada área, em função das obras de adequação de vias urbanas e construção de faixas elevadas em diversas Ruas e Avenidas do Centro no município de Campos de Júlio/MT.

6.2 Identificação dos Impactos Ambientais

Em geral os impactos ambientais estão associados aos meios biológicos, físicos e socioeconômicos, sendo tanto positivos, como negativos com a implantação da obra.

6.2.1 Meio Biológico

Os impactos ambientais que podem ocorrer relacionados ao meio biológico estão associados à:

- Poluição do Solo;
- Destruição da Flora;



- Destruição da Fauna;
- Emissão de Material Particulado.

6.2.2 Meio Físico

Para o meio físico, os impactos ambientais poderão estar associados à:

- Aumento dos Riscos de Acidentes;
- Emissão de Material Particulado;
- Poluição Sonora;
- Poluição do Solo;
- Poluição por resíduos sólidos.

6.2.3 Meio Socioeconômico

Dentre esse aspecto, os impactos negativos e positivos sobre o meio antrópico podem ser destrinchados como:

- Geração de emprego;
- Melhoria na qualidade de vida da população;
- Valorização de Imóveis;
- Segurança dos pedestres;
- Emissões atmosféricas que pode ter efeito sobre a saúde humana

6.3 Medidas Mitigatórias

Depois de identificados e classificados os Impactos Ambientais Significativos, foram sugeridas medidas mitigadoras para os mesmos.

6.3.1 Impactos Positivos

6.3.1.1. Geração de Emprego

As obras de adequação de vias urbanas e construção de faixas elevadas em diversas ruas e avenidas demandarão de mão de obra, aumentando a taxa de emprego e renda na região, ocasionando efeito positivo de duração temporária.

Medidas Mitigatórias

Para medida mitigadora a prioridade de contratação de serviços para mão de obra será para população local.

6.3.1.2 Melhoria das Condições de Vida da População

Com o término das obras, ocorrerá a redução de riscos de acidentes com os pedestres, pois a adequação e as faixas irão proporcionar mais segurança. Não será necessária medida



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO ESTADO DE MATO GROSSO

www.camposdejulio.mt.gov.br

mitigadora para este impacto, tendo em vista que se trata de impacto positivo que acarretará em benefícios para a população.

6.3.2 Impactos Negativos

6.3.2.1 Aumento dos Riscos de Acidentes

A dinâmica de trabalho sem as devidas precauções pode gerar muitos níveis de periculosidade aos funcionários. A movimentação de máquinas e veículos pesados durante a fase de execução das obras aumentará o risco de acidentes com pessoas e veículos que transitam normalmente nestes trechos. Os incêndios também podem ser causados acidentalmente pelos operários da obra e pelos moradores ao entorno, pela queima dos resíduos sólidos, pela queima da vegetação e de restos das operações de desmatamento e limpeza, e pelo descarte de “bituca” de cigarros acesos.

Medidas Mitigatórias, Compensatórias e/ou de Controle:

Deverão ser utilizadas placas informativas e sinalizações na área da obra. Devem ser tomadas como medidas a implantação de sinalizações de “Vias em Obras” e “Homens Trabalhando”, e atender normas e recomendações de projeto e segurança reconhecidos. Para que os incêndios não ocorram, campanhas educativas e elucidativas devem ser apresentadas aos operários da obra e aos moradores da região, apresentando os riscos que algumas atitudes podem causar, demonstrando algum preparo técnico para caso venha acontecer algum incidente. Deverá ser utilizada placas informativas e sinalizações na área da obra. Será de responsabilidade do prestador de serviço, o cumprimento das Normas de Segurança e Medicina do Trabalho determinadas pela Portaria nº 3.214 de junho de 1978 e suas respectivas Normas Regulamentadoras. Será obrigatório o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) aos trabalhadores, cabendo à contratada o fornecimento, controle e principalmente a cobrança pela utilização dos EPI's, conforme Portaria 3214/78 do MTE e CLT.

Plano de Monitoramento

Realizar programas de prevenção de acidentes, minimizando os riscos inerentes a obras desta natureza no que diz respeito ao tráfego de veículos e oferecer segurança aos pedestres, bem como controlar a velocidade de veículos e equipamentos da obra.

6.3.2.2 Emissão de Material Particulado

Durante a execução das obras os impactos sobre o ar poderão ser causados principalmente pelas partículas sólidas em suspensão.

Os principais mecanismos causadores destas emissões estão relacionados ao arraste pelo vento dos materiais depositados sobre as superfícies (poeira) durante as atividades.



Além disto, a poluição do ar também advém da movimentação de veículos e a utilização de máquinas para a execução das obras, que podem gerar emissões atmosféricas na forma de gases de combustão, por meio das descargas dos motores dos veículos, liberando monóxido de carbono, hidrocarbonetos, óxidos de nitrogênio, enxofre e material particulado. A redução destes contaminantes depende da evolução tecnológica, do uso de filtros e catalisadores, do tipo de combustível usado e da regulação dos motores.

Medidas Mitigatórias, Compensatórias e/ou de Controle:

Umedecer os caminhos de serviço, uma vez ao dia;

Utilização de filtros de poeiras;

Regulagem de veículos de acordo com as normas do PROCONVE.

Planos de Monitoramento:

Realizar manutenção periódica e monitorar regularmente os motores de equipamentos, máquinas e veículos.

6.3.2.3 Poluição Sonora: Ruídos e Vibrações

As atividades de construção envolvem diversas operações ruidosas, em decorrência da utilização de máquinas, equipamentos e veículos pesados em operações, ou simples transporte.

Ruídos

Ruído é um Fenômeno Físico que indica uma mistura de sons cujas frequências não seguem nenhuma lei precisa. Segundo Seidman & Standring (2010), ruído é definido como um som indesejado ou uma combinação de diferentes tipos e frequências de som com prováveis efeitos adversos sobre a saúde.

As leis envolvidas nos estudos de ruídos têm o objetivo de fazer a avaliação da poluição atmosférica em áreas habitadas, visando o conforto acústico da comunidade. Elas analisam a aceitabilidade do ruído e especificam métodos para sua medição, aplicação de correções nos níveis medidos se o ruído apresentar características especiais e uma comparação dos níveis corrigidos com um critério que leva em conta vários fatores (PEREIRA, 2013).

Os limites de horário para o período diurno e noturno podem ser definidos pelas autoridades de acordo com os hábitos da população. Porém, o período noturno não deve começar depois das 22 h e não deve terminar antes das 7 h do dia seguinte. Se o dia seguinte for domingo ou feriado o término do período noturno não deve ser antes das 9 h (NBR-ABNT, 2000).

Vibrações



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO ESTADO DE MATO GROSSO

www.camposdejulio.mt.gov.br

A geração do som se dá por conta da vibração de um corpo, produzindo a oscilação da pressão gerando ora compressões ora rarefações, em um meio elástico. Numa situação onde ocorre o incômodo na sensação auditiva a onda sonora é denominada de ruído.

As fontes produtoras de vibrações para essa obra não ocasionarão impactos negativos para a população ao redor. As obras da adequação de vias urbanas e construção de faixas elevadas em diversas Ruas e Avenidas irão implicar em um aumento no nível sonoro, em período temporário.

Medidas Mitigatórias

Na fase de construção, os operadores deverão trabalhar com equipamentos de segurança e sob supervisão. Também deverão atentar-se aos níveis de ruídos e horário de funcionamento das obras. Recomenda-se a utilização de maquinários com boas condições de funcionamento do motor, pneus adequados de forma que não ocorra o atrito originando ruído e/ou vibração.

Os operadores também deverão utilizar protetores auriculares quando forem manusear veículos que promovem a emissão de ruídos.

Planos de Monitoramento

O monitoramento de ruídos é executado com o uso de um medidor de pressão sonora (decibelímetro). Este aparelho transforma as vibrações do som em sinais elétricos, indicando sua intensidade ou volume em unidades chamadas decibéis (dB)

6.3.2.4 Poluição do Solo

A alteração na qualidade dos solos pode se dar pela possível contaminação do solo em decorrência da infiltração de efluentes provenientes do canteiro de obras, derramamento de materiais pelo transporte em quantidade excessiva por contaminantes advindos da lavagem de veículos e equipamentos, além de vazamentos acidentais. Além disto, a contaminação pode ocorrer pelo processo de lixiviação de resíduos sólidos domésticos e de construção civil depositados no terreno de forma inadequada.

Medidas Mitigatórias, Compensatórias e/ou de Controle:

Controle da geração e destinação final adequada dos resíduos sólidos e efluentes.

Sugere-se a utilização de áreas contendo sistemas de impermeabilização e drenagem projetados, para evitar que os resíduos gerados pela construção civil, manuseio de produtos para abastecimento e manutenção de veículos e equipamentos atinjam o solo;

Armazenamento e coleta adequada de resíduos sólidos; Todos os resíduos de lubrificantes ou combustíveis utilizados pelos equipamentos, seja na manutenção ou operação



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO ESTADO DE MATO GROSSO

www.camposdejulio.mt.gov.br

dos equipamentos, devem ser recolhidos em recipiente adequado e dado a destinação apropriada;

Evitar o transporte excessivo de materiais;

Realizar manutenções periódicas em máquinas e equipamentos de forma a prevenir o derramamento de óleos e graxas.

Planos de Monitoramento:

Controlar a velocidade dos veículos de transporte;

Vistoria diária no período de obras

6.3.2.5 Geração de Resíduos Sólidos

Durante a fase de execução das obras serão gerados Resíduos Sólidos Domésticos e Resíduos de Construção Civil, resultantes do trabalho dos funcionários. Os Resíduos Sólidos Domésticos serão encaminhados para o sistema municipal de coleta e tratamento, já os Resíduos de Construção Civil serão de competência dos empreiteiros o armazenamento em Containers e destinação adequada.

Medidas Mitigatórias

Todos os participantes do processo sejam estes, equipes de planejamento, projeto e execução, deverão estar conscientes de suas responsabilidades na redução da geração de resíduos, bem como deposição nos locais adequados.

Instalação de um local específico para as atividades dos participantes diretos e indiretos da obra, com utilização de lixeiras para deposição do lixo doméstico e da obra (papel, plásticos, latas, restos orgânicos e resíduos da classe A e B), com o objetivo de evitar a contaminação do solo, bem como o surgimento e proliferação de animais patogênicos.

O canteiro de obras será planejado visando atender as necessidades de se estabelecer um sistema de gestão de resíduos, incluindo áreas para armazenamento dos diferentes resíduos, áreas para disposição dos resíduos no canteiro até coleta e transporte, contêineres para armazenamento e acondicionamento dos resíduos, adequadamente sinalizados.

Os resíduos sólidos domésticos serão acondicionados em sacos plásticos resistentes e armazenados em local apropriado para posterior coleta pela rede pública municipal, garantindo que estes serão destinados ao local adequado.

É proibida a queima de resíduos a céu aberto.

Os resíduos sólidos da construção civil serão acondicionados em tambores ou containers.

Não poderá ser disposto material excedente ao longo das ruas



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO ESTADO DE MATO GROSSO

www.camposdejulio.mt.gov.br

Planos de Monitoramento

Verificar se os resíduos gerados pelas atividades dos participantes diretos e indiretos da obra estão sendo dispostos nos destinos adequados.

Verificar se houve a geração de material de bota fora e dar providências quanto a destinação final adequada.

O responsável técnico, conclui em seu projeto ambiental que os impactos significativos que merecem uma maior atenção são: o aumento do potencial erosivo, a poluição do solo e o aumento de acidentes, priorizando-se as medidas para minimização dos impactos e planos de monitoramento que são de relevante importância. Apesar de todos estes impactos negativos a Adequação de Vias Urbanas e construção de Faixas Elevadas trará muitos benefícios para o homem e para o meio ambiente, pois ajudará para o crescimento e desenvolvimento do município. E que existe um comprometimento da Prefeitura Municipal, em minimizar os impactos com medidas propostas, assim como, das leis e legislações pertinentes, que permite concluir sua viabilidade, cabendo aos órgãos municipais e estaduais o acompanhamento da execução de todas as medidas propostas no diagnóstico ambiental

7 Conclusão

Diante do exposto, após vistoria in loco, da análise das informações prestadas no processo 2632/2023 sob responsabilidade do Engenheiro Ambiental Gustavo Henrique Fonseca, opinamos pelo deferimento da emissão das Licenças Prévia (LP) e de Instalação (LI), para obras de Adequação de Vias Urbanas e construção de Faixas Elevadas em ruas na Zona Urbana do município de Campos de Júlio. Informamos que o empreendedor deverá atender as condicionantes contidas no item oito (08) do presente parecer técnico.

Salientamos que a Licença não dispensa e nem substitui Alvarás ou Certidões de qualquer natureza exigida pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.

O não atendimento às condicionantes deste parecer e outras normas ambientais, pode acarretar punições previstas na Lei Complementar no. 38 de 21/11/95, com alterações da Lei Complementar no. 232 de 21/12/05 bem como a Lei complementar 005/2014. Ressalvamos que poderão ocorrer vistorias técnicas durante a vigência da licença e novas solicitações serem feitas por parte deste órgão.

8 Condicionantes de Validade

- ✓ Jazidas e Canteiros de Obras deverão ser licenciados separadamente deste processo.
- ✓ Lembrando que estas não poderão estar localizadas em APP'sa-JC's e TI;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO ESTADO DE MATO GROSSO

www.camposdejulio.mt.gov.br

- ✓ Quaisquer alterações no empreendimento deverão ser precedidas de anuência da SMAPMA/CJ;
- ✓ O empreendedor deverá executar todas as medidas mitigadoras de acordo com o proposto no Plano de Controle Ambiental - PCA;
- ✓ A SMAPMA/CJ, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar a licença, caso ocorra:
 - a) Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;
 - b) Omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a elaboração deste parecer;
 - c) Graves riscos ambientais e de saúde pública;
- ✓ Todos os insumos e agregados para confecção do pavimento asfáltico e obras de concreto deverão vir de fontes licenciadas;
- ✓ Após a implantação do empreendimento, o empreendedor deverá apresentar um relatório técnico consolidado de gestão ambiental incluindo as obras de infraestrutura e ou medidas mitigadoras implantadas durante a fase de construção, acompanhado de relatório fotográfico;
- ✓ Resíduos Sólidos: Fica terminantemente proibido a queima de resíduos do processo industrial ou doméstico a céu aberto ou incinerador como simples forma de descarte. Não depositar resíduos em locais que possam causar danos ou riscos aos recursos hídricos e ou pessoas. E, atender Lei Estadual nº. 7862/02, de 19 de dezembro de 2002, que instituiu a Política Estadual de Resíduos Sólidos, bem como a Resolução CONAMA no. 313, de 29 de outubro de 2002 - "Dispõe sobre o Inventário Nacional de Resíduos Sólidos Industriais";
- ✓ Padrões de Lançamentos de Poluentes Atmosféricos: Não podem ultrapassar os parâmetros estabelecidos na Resolução CONAMA N O. 03, de 28/07/1990 - "Dispõe sobre a Qualidade do Ar, definições e padrões" e CONAMA NO. 382, de 26/12/2006- "Estabelece os limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos para fontes fixas";
- ✓ Por se tratar de área urbana, deve-se observar atentamente os níveis de ruídos e horário de funcionamento das obras;
- ✓ Padrões de Lançamento de Efluentes: Os efluentes de qualquer fonte poluidora somente poderão ser lançados direta ou indiretamente nos corpos de água, desde que obedeça a Resolução CONAMA nº. 357/2005 - Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO ESTADO DE MATO GROSSO

www.camposdejulio.mt.gov.br

diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências;

- ✓ Nos Pontos Finais de Lançamento das Águas Pluviais deverão ser implantados dissipadores de energia;
- ✓ Todo entulho descartado da obra deverá ser removido e transportado para áreas adequadas. Bem como, os veículos de transporte de cargas não deverão trafegar sem lona de proteção, que deverão estar sempre em bom estado de conservação, fechando totalmente a carga;
- ✓ Qualquer intervenção em propriedades particulares deverá ser precedida de anuência do proprietário;
- ✓ Caminhos de serviços: no que se refere a medidas mitigadoras devem ser previstas a sinalização informando a interrupção das ruas e o local dos desvios, controle de tráfego por funcionários e aspersão de água no leito sempre que necessário.

Obs.: Qualquer descumprimento às condicionantes implicará no automático cancelamento da licença

ESTE É O MEU PARECER



Wagner Daniel Pinto
Engenheiro Ambiental
Portaria 173/2017 de 28/03/2017
Matric. 1603

Campos de Júlio – MT, 10 de maio de 2023